

Alencar quer extinção do TCE do Rio

Briga do governador com tribunal é exemplo do confronto entre poderes que ocorre em todo o País

LU AIKO OTTA
e SILVIO BRESSAN

O governador do Rio, Marcello Alencar, pretende propor a extinção do Tribunal de Contas do Estado (TCE). “A razão de ser do TCE é a moralidade, mas é o tribunal mais imoral do mundo”, reclamou. A idéia do governador é substituí-lo por outro órgão fiscalizador. “Podemos até extingui-lo e adotar uma auditoria externa.”

O TCE é um órgão composto por sete conselheiros e 2,4 mil funcionários. Segundo Alencar, a média dos salários é de R\$ 5.330, enquanto os funcionários da área de educação ganham, na média, R\$ 350. Ele resolveu declarar guerra quando descobriu que todas as despesas do governo deveriam ser submetidos previamente ao TCE. “No começo do

mandato, fui cobrar do meu secretário de Saúde por que a reforma de um hospital estava parada e fui informado de que o TCE estava seguindo o processo”, contou. “Aí eu soube que tudo tinha de passar antes por lá; na prática, estou me subordinando a um órgão que deveria ser assessor.”

A briga entre o governador e o TCE, que já ocupa a cena política fluminense há mais de um ano, é só uma amostra do confronto entre poderes que se repete no País inteiro. “Fui ameaçado de impeachment pelo presidente do Tribunal de Justiça do meu Estado porque não repassei a verba que eles achavam que tinham direito”, reclamou Alencar.

“História absurda” — “Mas isso não é privilégio meu; o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, me disse que diariamente é ameaça-

do de prisão”, contou. Também o presidente do Banco do Nordeste (BNB) por pouco não foi para trás das grades na semana passada, por não pagar a causa ganha por um fazendeiro que, na verdade, deve ao banco. “É uma história absurda”, argumentou o governador do Ceará, Tasso Jereissati.

Um fazendeiro do interior do Ceará havia tomado um empréstimo de cerca de R\$ 90 mil do BNB e apresentado como garantia uma propriedade rural. Tempos depois, mesmo sem honrar o empréstimo, o fazendeiro moveu uma ação contra o BNB, alegando que as terras apresentadas em garantia valiam mais do que o banco estimava. Resultado: o BNB foi condenado a pagar R\$ 27 milhões ao fazendeiro. “É incrível, mas o sujeito tomou o empréstimo, não pagou e ainda tem dinheiro a receber”, comentou Tasso.

**QUEIXA: “FUI
AMEAÇADO DE
IMPEACHMENT
PELO TJ”**